

Sociedade e Conhecimento: Questões e postulados sociológicos na teoria de Piaget

Adrian Oscar Dongo MONTROYA

Resumo

O presente trabalho se propõe mostrar o modo como Piaget problematiza e resolve questões básicas da pesquisa sociológica, particularmente aquelas relativas à sociologia do conhecimento. Para esse efeito analisaremos as suas obras sobre os conceitos e temas básicos da sociologia, como: indivíduo e totalidade social, diacronia e sincronia, prática e representações sociais, socialização, evolução da lógica das civilizações elementares, indissociabilidade entre estruturas operatórias e a cooperação. A análise feita evidencia a crítica radical desse autor aos postulados dos clássicos da sociologia (Durkheim, Comte, Pareto e Tarde) e um novo modo de estudar e compreender as realidades sociais. Nesse percurso investigativo, o autor encontra convergências teóricas e epistemológicas com o pensamento de Carl Marx.

Palavras Chave: Sociologia do Conhecimento, Representações Sociais, Indivíduo e Sociedade, Diacronia e Sincronia, Estruturalismo Genético.

Society and Knowledge: Sociological questions and postulates in Piaget's theory

Abstract

The present paper aims at showing the way Piaget objects and solves basic questions about the sociological research, mainly the ones related to knowledge sociology. In order to get such effect it will be analyzed his studies about concepts and basic topics of sociology, such as: individual and social totality, sync and diachrony, social practices and representations, socialization, evolution of elementary logic of civilizations, indivisibility between operational structures and cooperation. The analysis which was made shows the radical critic from this author towards to the postulates of sociology classics (Durkheim, Comte, Pareto and Tarde) and a new way of studying and understanding the social realities. During the research, the author finds a theoretical and epistemological convergence with Carl Marx's thought.

Key-words: Knowledge Sociology, Social Representations, Individual and Society, Diachrony and Sync, Genetic Structure.

Introdução

Para muitos dos críticos de Piaget, a sua teoria representa uma concepção individualista, pois ela se centraria no indivíduo e negligenciaria as determinações sociais e culturais. Essa concepção se complementaria com a falsa ideia de que a sua teoria seria inatista e biologista, apesar dos esforços desse autor para a formulação de uma teoria construtivista. São poucos os autores que procuram observar na teoria de Piaget uma análise “relacional” e uma contribuição original para a sociologia.

Mesmo para muitos dos seus seguidores, a preocupação sociológica de Piaget estaria apenas no uso dos fatores sociais do desenvolvimento - transmissão social e interações sociais - na explicação do desenvolvimento cognitivo. Esses fatores são considerados, de acordo com os parâmetros de uma metodologia positivista, como “variáveis externas” e não como elementos indissociáveis das atividades dos indivíduos.

Entre as causas das interpretações reducionistas do pensamento de Piaget, podemos indicar as seguintes: em primeiro lugar, o fato de que Piaget, nos primeiros períodos da sua produção científica estudou bem mais os níveis sucessivos de organização cognitiva do indivíduo do que os mecanismos de construção. Como assinala César Coll e Christiane Gillieron (1987), somente a partir de períodos posteriores, particularmente após os anos 70, ele aborda de modo mais incisivo e sistemático o estudo empírico dos mecanismos de construção do conhecimento. Em segundo lugar, a necessidade de fundamentar empiricamente as suas hipóteses epistemológicas o levou a recorrer prioritariamente à pesquisa psicológica mais do que à pesquisa sociológica. Em terceiro lugar, foram poucos os sociólogos que se dedicaram a analisar os vínculos entre a os resultados da pesquisa da epistemologia genética e os da pesquisa sociológica. Além dos trabalhos do sociólogo marxista Lucien Goldman (1972, 1992) são poucos os trabalhos que se aprofundaram na renovação da sociologia, sobretudo da sociologia do conhecimento, levando em consideração as descobertas de Piaget.

Se a necessidade de verificar as hipóteses epistemológicas conduziu Piaget a realizar muitas pesquisas psicológicas, a importância da pesquisa sociológica para esse autor sempre esteve presente, como evidencia o fato de ele ministrar aulas de sociologia e de escrever alguns artigos sociológicos.

A importância da pesquisa sociológica para a epistemologia genética é reconhecida explicitamente na sua maior obra de síntese (1975), quando declara que, da mesma forma que os estudos sociológicos contribuem decisivamente com os destinos da epistemologia genética, esta contribui para a renovação da sociologia.

Apesar de os estudos sociológicos de Piaget serem pequenos em comparação com os estudos psicológicos, eles apresentam uma novidade ainda desconhecida e se forem levados a sério, adquirirão uma força de consequências imprevisíveis.

Para Piaget, a importância da pesquisa sociológica tem a mesma importância que a pesquisa psicológica, pois o objeto da pesquisa sociológica engloba o desenvolvimento dos conhecimentos coletivos, em particular toda a história do pensamento científico.

Nesse sentido, a epistemologia genética, que estuda o crescimento dos conhecimentos sobre o duplo plano da sua formação psicológica e da sua evolução histórica, depende tanto da sociologia como da psicologia; a sociogênese dos diversos modos de conhecimento não poderia ser nem mais e nem menos importante que a sua psicogênese, pois estão aí dois aspectos indissociáveis de toda formação real (1975, p. 167).

Para Piaget, no conhecimento sociológico existem duas questões que devem ser discutidas e das suas soluções depende, em definitivo, toda a epistemologia genética: aquela das relações entre a sociogênese e a psicogênese na formação das noções da criança no curso da socialização e aquela do estudo das noções científicas e filosóficas que se sucederam na história humana.

O presente trabalho procurará analisar essas questões, mas, antes, salientaremos questões relativas à contribuição desse autor à pesquisa sociológica. Para isso, deverão ser analisados alguns conceitos básicos da sociologia, como: totalidade social, diacronia e sincronia, relações materiais e representações sociais, indivíduo e sociedade, etc.

Por outro lado, existe uma questão fundamental que precisa ser levada em conta no estudo sociológico da obra de Piaget. Trata-se das relações entre pesquisa psicológica e pesquisa sociológica, pois essas disciplinas são tratadas correntemente de forma oposta e superposta.

Para Piaget, as relações entre a sociologia e a psicologia não são dicotômicas nem superpostas; muito pelo contrário, devido ao fato de que se ocupam do mesmo objeto - do comportamento humano - elas são solidárias e complementares, embora a análise seja feita a partir de dois pontos de vista distintos.

Para Piaget, não existem três naturezas humanas - o homem físico, o homem mental e o homem social - superpondo-se ou se sucedendo, mas um organismo e um sistema de condutas humanas. Existe um organismo, na medida em que é determinado pelos caracteres hereditários e pelos mecanismos ontogenéticos, e um sistema de condutas, na medida em que comporta, desde o nascimento e em níveis diversos, um aspecto individual - coordenação individual de ações - e um aspecto social - coordenação interindividual de ações. Portanto, a pesquisa psicológica e a sociológica não deveria ser tratada de modo oposto ou superposto, mas de modo solidário e a partir de relações internas entre essas suas dimensões humanas.

Cada um dos problemas que levanta a explicação psicológica se reencontra a propósito da explicação sociológica, com a única diferença de que o “eu” substitui o “nós”. Na sociologia, a pesquisa, em lugar de se centrar na perspectiva do indivíduo analisado, ela deverá revelar as formas como ocorrem as interações entre os indivíduos, incluindo a do próprio observador, isto é, nas condutas, modificando-se uns aos outros, segundo todas as escalas que se intercalam entre a luta, a sinergia e a cooperação.

A aparição do “nós” constitui para Piaget um problema epistemológico novo e crucial. Enquanto na psicologia o observador estuda simplesmente a conduta dos outros sem ser necessariamente afetado, na sociologia o observador faz parte da totalidade que ele estuda. Disso resulta que um conjunto considerável de noções, sentimentos e postulados implícitos (morais, jurídicos, políticos, etc.) se interpõem entre o sujeito e o objeto de pesquisa. Desse modo, a descentração do segundo, condição de toda objetividade, é infinitamente mais difícil que na psicologia. Entretanto as dificuldades que o “nós” provoca para a imparcialidade, necessárias à pesquisa, intervêm também parcialmente em psicologia, pois o homem é um e todas suas funções mentais são igualmente socializadas.

Assim, em virtude da solidariedade entre os fenômenos psicológicos e sociológicos, todas as questões que tratam a sobre a sociologia corresponderão também àquelas que são tratadas pela psicologia.

Assim como na pesquisa psicológica se distinguem processos de desenvolvimento e estados de equilíbrio (estruturas), na sociologia aparecem também as mesmas questões, mas traduzidas em outros termos como a diacronia (evolução histórica das sociedades) e a sincronia (equilíbrio social); assim como em psicologia se distingue o plano das condutas e o da consciência, na sociologia se distingue o plano das condutas reais e concretas e o das representações sociais, o que coloca em evidência a dualidade das relações de implicação e das relações de causalidade propriamente dita.

A dualidade das implicações inerentes às representações coletivas e da causalidade intervindo nas condutas sociais levanta em particular o problema fundamental de explicação que foi colocado pela sociologia marxista: a questão das relações entre “infraestrutura” e “superestrutura”.

As relações entre a totalidade societária e o indivíduo

Rousseau, no século XVIII, para substituir as explicações teológicas recorreu à interpretação da sociedade baseada nas aptidões naturais do homem. No século XIX, com o descobrimento do problema sociológico, Augusto Comte e Durkheim inverteram a concepção anterior e a pesquisa começou a voltar-se para a realidade do conjunto societário. Nessa nova perspectiva, o indivíduo e suas condutas são considerados em função da totalidade social e não como um elemento pré-existente em estado isolado e munição de características indispensáveis que dão conta do todo social.

A utilização do conceito de totalidade em relação aos seus elementos, tal como foi colocado pelos fundadores da sociologia científica, levanta, contudo, um problema para a explicação sociológica: se o indivíduo constitui o elemento e a sociedade o todo, como se deve conceber uma totalidade que modifica os elementos de que está formada sem utilizar para isso os materiais destes mesmos elementos?

De que modo, então, o pensamento sociológico intentou resolver esse problema fundamental?

Piaget evidencia três soluções históricas para as relações entre indivíduo e sociedade: o esquema atomístico, o esquema de emergência e o esquema relacional.

Para o esquema atomístico, próprio das filosofias pré-sociológicas, as características do todo coletivo se explica pelos atributos da natureza humana inatos nos indivíduos. Esta solução não advertiu que, analisando dessa forma, invertia a ordem das causas e os efeitos, pois se explicava a sociedade a partir dos resultados da socialização dos indivíduos.

Para o esquema de “emergência”, proposto por Comte e Durkheim, o todo não é o resultado da composição de elementos “estruturantes”, mas resultado de um conjunto de propriedades novas que se acrescenta aos elementos que “estrutura”. Essas propriedades emergiriam, de forma espontânea, da reunião dos elementos e seriam irreduzíveis a toda composição aditiva dos elementos. Desse modo, Durkheim nega a possibilidade de toda explicação psicogenética dos caracteres sociais e opõe assim a sociologia à psicologia. Dessa forma, na primeira maneira de explicação genética da sociedade, a sociologia deverá ter como base somente a história do todo social, ou seja, considerar apenas as fases da sociedade como totalidades indivisíveis atuando sobre os indivíduos.

Como explica essa perspectiva teórica a origem da consciência coletiva? Durkheim transfere os caracteres do espírito humano ao seio da consciência coletiva. Resulta disso uma solução aparente, pois apenas se transpõem os caracteres da consciência individual para a consciência coletiva.

Para o esquema relacional ou da sociologia concreta, ao qual adere Piaget, o todo social não é nem uma reunião de elementos anteriores nem a emergência de uma entidade nova, mas sim um sistema de relações.

Segundo este terceiro ponto de vista, não poderão existir conflitos entre a explicação sociológica e a explicação psicológica, pois, contrariamente a isso, ocorre uma correspondência recíproca e solidariedade mútua entre elas. salienta Piaget: “Os fatos sociais são exatamente paralelos aos fatos mentais, com a única diferença de que o “nós” substitui constantemente o “eu” e a cooperação, às operações simples” (1973, p. 35-36).

Para essa terceira solução, a vida social, assim como a vida individual, procede da ação e, portanto, das interações materiais. De acordo com esse postulado, a sociedade é essencialmente um sistema de relações, cujas interações consistem em ações modificando-se umas às outras, segundo certas leis de organização ou de equilíbrio.

Assim, existem ações técnicas de fabricação e de utilização, ações econômicas de produção e de distribuição, ações morais e jurídicas de colaboração ou de coação e opressão, ações intelectuais de comunicação, de pesquisa em comum, ou de crítica mútua; em suma, ações de construção coletiva e de correspondência das operações. É da análise dessas interações que procede a explicação das representações coletivas ou as interações modificando a consciência dos indivíduos

Para Piaget, toda conduta supõe duas espécies de interações indissociáveis: interação entre o sujeito e os objetos e interação entre sujeitos. Na interação entre o sujeito e o objeto ocorrem modificações de ambos os polos, em virtude de assimilações e accommodations simultâneas. No trabalho coletivo do homem sobre a natureza ocorre o mesmo processo.

O trabalho é antes de tudo um processo entre o homem e a natureza, um processo no qual o homem, por sua atividade, realiza, regula, e controla suas trocas com a natureza. Ele parece assim como uma força natural em face da natureza material. Ele movimentava as forças naturais que pertencem à natureza corporal, braços, pernas, cabeça e mãos, para se apropriar das substâncias naturais sob forma unilateral para sua própria vida. Agindo com seus movimentos sobre a natureza exterior, transformando-a, ele transforma ao mesmo tempo a sua própria natureza" (C. Marx, citado por Piaget 1973, p.35).

Paralelamente à interação entre o sujeito e a natureza ocorrem interações entre os sujeitos, os que produzem transformações recíprocas entre ambos os polos da relação. Dessa maneira, cada relação social constitui, por conseguinte, uma totalidade nela mesma, produtiva, de características novas e transformando o indivíduo em suas ações práticas e mentais.

Da interação entre dois indivíduos à totalidade constituída pelo conjunto de relações entre indivíduos de uma mesma sociedade, há, pois, continuidade e, definitivamente, a totalidade assim concebida aparece

como consistindo não de uma soma de indivíduos, nem de uma realidade superposta aos indivíduos, mas de um sistema de interações modificando estes últimos em sua estrutura própria (1973, p.35)

Se o todo social não se opõe ao todo psicológico e se as coordenações individuais são solidárias às coordenações sociais, qual, então, a característica específica dos fatos sociológicos?

Os fatos mentais se traduzem na esquematização da conduta individual, nos seus aspectos cognitivos, afetivos ou valorativos e nos seus índices e símbolos. Já os fatos sociológicos se traduzem pela esquematização das interações sociais, nas suas regras ou normas, nos seus valores e signos coletivos, que exprimem as interações sociais.

Assim, para Piaget, toda conduta executada em comum se traduz necessariamente na constituição de normas, valores e de significantes convencionais. E isso ocorre tanto na luta ou opressão, como nas diversas formas de colaboração, visto que inclusive na guerra ou na luta de classes se defendem certos valores, invocam-se certas regras e se utilizam certos signos.

Toda interação social aparece assim como se manifestando sob formas de regras, de valores, de signos. A sociedade mesma constitui, por outro lado, um sistema de interações, começando com as relações dos indivíduos dois a dois e se estendendo até às interações entre cada um deles e o conjunto dos outros, e até às ações de todos os indivíduos anteriores, quer dizer de todas as interações históricas, sobre os indivíduos atuais. (1973, p.40)

Assim como nenhuma totalidade social se reduz a uma soma de indivíduos, pois estes são modificados pelas interações mesmas, tampouco existe uma totalidade “emergente”. Portanto, a totalidade social se constitui enquanto sistema de interações.

Em resumo, para Piaget a totalidade social se define como sistema de interações. Cada relação social constitui uma totalidade nela mesma, produtiva de características novas e transformando o indivíduo em sua estrutura mental. Da interação entre dois indivíduos à totalidade constituída pelo conjunto das interações numa mesma sociedade há, pois, continuidade e não uma realidade superposta aos indivíduos, como propõe Durkheim; há um sistema de interações modificando estes últimos em sua estrutura própria.

A questão diacronia e sincronia na pesquisa sociológica

As dificuldades relativas ao problema da explicação do desenvolvimento coletivo se devem à questão das relações entre a história dos fatos sociais (gênese) e o equilíbrio de uma sociedade considerada num momento determinado do seu desenvolvimento (estrutura). Nesse sentido, cabe a seguinte pergunta: Pode-se conceber a evolução social como numa tendência para um equilíbrio terminal, como é o caso da evolução mental, ou ela consiste simplesmente numa alternância de fases mais ou menos equilibradas ou de desequilíbrios mais ou menos profundos? Existe uma mesma explicação do devir social enquanto alternância de mudanças (diacronia) e a interdependência dos fenômenos simultâneos (sincronia)?

Segundo Piaget, existem dois exemplos históricos que tentam a integração dessas duas dimensões: o primeiro, de Durkheim, que centrou toda a sua doutrina no método histórico às custas dos aspectos sincrônicos; o segundo, de Pareto, que sacrificou a questão do desenvolvimento a favor da análise do equilíbrio. A solução apresentada por esses autores mostra as dificuldades de conciliar esses dois pontos de vista.

Trata-se, conseqüentemente, de compreender as razões do dualismo entre a explicação da gênese e do equilíbrio.

Segundo Piaget, são duas as razões desse dualismo. A primeira se refere ao conteúdo mesmo do pensamento sociológico, quer dizer, à natureza dessa totalidade social não integralmente composta, pois ela participa do fortuito e da desordem aos quais a explicação sociológica se deve adaptar. A segunda se refere à estrutura formal deste mesmo pensamento: enquanto a explicação da gênese é tanto mais causal quando se refere às ações efetivas de onde os fatos sociais procedem, as relações de equilíbrio exigem uma análise distinta desses fatos (as regras, dos valores e dos sinais), que dependem do campo das implicações. É a passagem do causal para o implicativo que constitui a segunda razão da dificuldade inerente às explicações sociológicas.

Na perspectiva da análise da primeira dificuldade, a existência do fortuito e de desequilíbrios no desenvolvimento das sociedades levanta um desafio difícil para a

solução da dicotomia diacronia e sincronia. Assim, seria fácil pensar a síntese do diacrônico e sincrônico se o conjunto dos fatos sociais estivesse submetido às leis de uma evolução dirigida ou de uma equilibração gradual, sem desordem e desequilíbrios. Foi o que os construtores das grandes leis evolutivas (Comte e Spencer) quiseram atingir, mas tais tentativas foram consideradas inconsistentes. Contrariamente a essa solução, a concepção marxista evidencia a sucessão de desequilíbrios que precedem uma equilibração ulterior.

A concepção marxista de um encadeamento dos fatos econômicos para um estado estável de equilíbrio final evidencia, em compensação, a existência de lutas e das oposições contínuas; desse modo volta-se a conceber a história como uma sucessão de desequilíbrios mais ou menos profundos, precedendo uma equilibração ulterior (Piaget, 1973, p.51).

Na perspectiva da segunda dificuldade, a integração do diacrônico e do sincrônico dependerá da correspondência entre os elementos de causalidade e de implicação. Uma relação de causalidade é diacrônica, pois está ligada a uma sucessão no tempo, enquanto um laço de implicação é sincrônico, já que consiste numa relação necessária e atemporal.

Segundo Piaget, fatos sociais como as regras, os valores e sinais, procedem da ação executada em comum e dirigida sobre a natureza, mas os três ocasionam relações que ultrapassam a causalidade e constituem implicações. Como as diversas teorias sociológicas unem as conexões causais às implicações?

É importante lembrar que as explicações psicológicas oscilam entre a causalidade e a implicação, segundo se aproximem ao tipo organicista, ao tipo lógico e ao tipo operatório que procura assegurar a passagem da ação à necessidade consciente. Do mesmo modo, as explicações sociológicas oscilam entre o recurso aos fatores materiais (população, meio geográfico e produção econômica), à “consciência coletiva” e à explicação operatória que liga as relações de implicação às ações causais.

O modelo durkheimiano de explicação está ao mesmo tempo centrado sobre as normas e sobre a ação da totalidade. Nesse modelo, por um lado, toda causalidade social se reduz à “coação”, que é a pressão da totalidade do grupo sobre os indivíduos

que a compõem; por outro, todas as implicações inerentes à “consciência coletiva” (ou conjunto de representações engendradas pela vida social) se reduzem a relações entre normas. A causalidade inerente ao todo social e o sistema das implicações da consciência coletiva formam um todo, pois a coação social, constituindo uma força ou uma causa, é vista objetivamente na sua materialidade e a obrigação e atração (norma e valor) são vistas subjetivamente na sua repercussão sobre as consciências.

Segundo Piaget, a inconsistência da explicação durkheimiana reside em que ela situa, desde o início, as normas, os valores e as causas materiais num mesmo plano, em vez de proceder a uma análise de diversos tipos e níveis de interações que podem ser heterogêneas e apresentar relações variáveis entre seus elementos de causalidade e seus elementos de implicação.

O segundo exemplo de explicação sociológica é o do esquema de Pareto, que apela para as interações, mas as bases da sociedade apresentam uma constância inalterável nos indivíduos (instintos, exprimindo-se nas constâncias lógicas e afetivas) e não como resultados das próprias interações.

Segundo Piaget, à primeira vista a explicação de Pareto parece essencialmente causal, pois o equilíbrio social está condicionado a uma composição de forças materiais. Mas estas forças são reduzidas a espécies de tendências instintivas, que se manifestam na consciência dos indivíduos sob a forma de sentimentos, e de ideias, isto é, de implicações. Pareto considera as ideologias (superestrutura) como simples reflexos de interesses reais (infraestrutura), somente; essas tendências efetivas ou de interesses são permanentes e representam não somente causas, mas também valores (implicações). Desse modo, segundo Piaget, tanto para Pareto como para Durkheim as causas e as implicações são dadas desde o início na proporção constante.

Por outro lado, segundo Piaget, no modelo explicativo de Carl Marx encontraríamos o exemplo de uma análise dirigida sobre as interações, onde se levam em conta os fatores de causalidade e de implicação, em dosagens distintas, segundo os diferentes níveis de organização.

O ponto de partida da explicação marxista é causal: são os fatores de produção, enquanto interação entre o trabalho humano e a natureza, que determinam as primeiras formas do grupo social. Entretanto, já desde o início aparece o elemento implicativo ligado aos valores de trabalho. O trabalho é uma ação e a eficácia das ações cumpridas em comum determina um elemento normativo.

Desde o início, o modelo marxista se coloca, pois, sobre o terreno da explicação operatória, a conduta do homem em sociedade determinando sua representação e não o inverso, e a implicação se desenvolvendo pouco a pouco de um sistema causal preliminar que ela duplica em parte, mas não substitui. Com a diferenciação da sociedade em classes e com as diversas relações de cooperação (no interior de uma classe) ou de luta e coação, as normas, valores e sinais (inclusive as ideologias) dão lugar a superestruturas diversas (Piaget, 1973, p. 56).

Para Piaget, o modelo explicativo marxista se coloca desde o começo sobre um terreno de explicação operatória: a conduta do homem em sociedade determinando sua representação e não o inverso. Poder-se-ia estar tentado a interpretar o modelo marxista como uma desvalorização de todos os elementos de implicações, por oposição à causalidade que caracteriza a infraestrutura. Mas basta considerar a maneira como Marx interpreta o equilíbrio social atingido quando se instaurará o socialismo para constatar o papel que ele faz desempenhar às normas morais e racionais, assim como aos valores culturais em geral, para apreender o papel crescente das implicações conscientes nas interações.

Assim, contrariamente às explicações de Durkheim e Pareto, que fundem num só todo - no coletivo ou no indivíduo - a causalidade e as implicações normativas, a explicação marxista, pelo contrário, que dissocia o sincrônico e o diacrônico, diferencia igualmente as partes respectivas da causalidade e da implicação nos diversos tipos de interações que ela distingue.

A questão das fontes e evolução das representações sociais: os vínculos entre prática, ideologia e ciência

Para Piaget, a análise sociológica do pensamento coletivo conduz a resultados exatamente paralelos ao desenvolvimento individual. Nesse sentido, destaca três momentos significativos.

No primeiro momento, os sistemas sensório-motores alcançam um começo de descentração quando seus esquemas se coordenam e o sujeito se situa como um elemento a mais entre os objetos sobre os quais atua. No segundo momento, o sujeito que inicia a atividade representativa e conceitual assimila o real a esquemas iniciais de pensamento que exprimem uma atitude fenomenista e egocêntrica. No terceiro momento, há a assimilação do real a esquemas coordenados num sistema de conjunto que provocam uma descentração “sistemática” em relação ao eu e às noções subjetivas.

É importante destacar que o progresso do conhecimento individual não consiste somente numa integração direta e simples dos esquemas iniciais nos esquemas ulteriores, mas numa inversão gradual e essencial de sentido que retira o privilégio do ponto de vista próprio, para inseri-lo num sistema que o subordina à reciprocidade de todos os pontos de vista possíveis e à relatividade inerente aos agrupamentos operatórios.

No pensamento coletivo, de maneira análoga ao pensamento individual, podem-se distinguir três momentos essenciais de construção. Num primeiro momento, existem nas diversas sociedades humanas técnicas ligadas ao trabalho material e às ações que o homem exerce na natureza; são relações susceptíveis de eficácia e, conseqüentemente, de objetividade, mas relações cuja tomada de consciência permanece parcial, porque ligada aos resultados obtidos e não se dirigindo à compreensão das conexões recíprocas dos estados pelos quais passa a transformação. Existe, num momento posterior, um pensamento científico ou operatório, que prolonga em parte as técnicas (ou as enriquece em troca), mas as completa, acrescentando à ação prática uma compreensão das relações e, principalmente, acrescentando à ação material as ações coordenadas em sistemas de composição, que são as operações de cálculo, de dedução e de explicação.

Na história do conhecimento humano, entre a técnica e a ciência nem sempre existiu uma sucessão imediata. Pelo contrario, sempre se inseriu um meio termo, cujo papel foi às vezes o de obstáculo ao conhecimento científico: é o conjunto das formas coletivas de pensamento, nem técnicas nem operatórias, procedendo por simples espe-

culação. Essas formas de pensamento são as ideologias de qualquer gênero, cosmogônicas ou teológicas, políticas ou metafísicas, que se estabelecem entre as representações coletivas mais primitivas e os sistemas reflexivos mais refinados.

É importante destacar que esse meio termo é essencialmente sociocêntrico, diante do qual o pensamento científico, como o pensamento operatório individual, precisa descentrar-se.

Ora, o resultado mais importante das análises sociológicas conduzidas sobre este meio termo, nem técnico e nem operatório, do pensamento coletivo, foi mostrar que ele é essencialmente sociocêntrico, enquanto que a técnica e a ciência constituem duas espécies de relações objetivas entre os homens em sociedade e o universo; a ideologia sob todas as suas formas é uma representação das coisas centrando o universo sobre a sociedade humana, sobre suas aspirações e sobre seus conflitos (1973, p.79).

Assim, podemos formular que a hipótese de Piaget sobre o desenvolvimento coletivo do conhecimento exige, inevitavelmente, um processo de descentração, análogo ao pensamento individual.

Assim como o advento do pensamento operatório supõe, no indivíduo, uma descentração em relação ao pensamento egocêntrico e ao eu, descentração necessária para permitir à operação de prolongar as ações das quais ela procede, assim também o pensamento científico exigiu sempre, no desenvolvimento social, uma descentração necessária para permitir ao pensamento científico continuar a obra das técnicas na qual coloca suas raízes (1973, p. 79).

Segundo Piaget, a sociologia operatória de Marx reúne a ciência às técnicas e fornece, em relação às ideologias, um remarcável instrumento crítico. Permite descobrir o elemento sociocêntrico até nos produtos mais refinados do pensamento metafísico contemporâneo.

Para ambos os autores, então, a objetividade perseguida pelo pensamento científico se subordina a uma condição preliminar: descentração dos conceitos em relação às ideologias superestruturais e sua relação com as ações concretas sobre as quais repousa a vida social.

Nada é mais significativo no que concerne à necessidade desta descentração fundamental, que comparar as concepções idealistas do desenvolvimento coletivo (tal como a lei dos três estados de Augusto Comte, tornada a teoria da consciência coletiva em Durkheim) aos conceitos marxistas da infraestrutura técnica e da superestrutura ideológica, inspirados pelo sentimento vivo dos desequilíbrios e dos conflitos sociais. Esses três autores concordam quanto ao caráter sociocêntrico das ideologias, mas enquanto Comte e Durkheim veem na ciência o prolongamento natural do pensamento sociomórfico, uma sociologia operatória como a de Marx reúne, pelo contrário, a ciência à técnica e fornece, quanto às ideologias, um remarcável instrumento crítico, permitindo descobrir o elemento sociocêntrico até nos produtos mais refinados do pensamento metafísico contemporâneo. Subordina assim a objetividade perseguida pelo pensamento científico a uma condição preliminar e necessária, que é a descentração dos conceitos em relação às ideologias superestruturais, e sua relação com as ações concretas sobre as quais repousa a vida social (Piaget, 1973, p. 80).

Para entender a necessária descentração do pensamento coletivo, na ciência e no pensamento racional, torna-se importante comparar as concepções que se sucedem sobre a relação entre ações concretas e as representações coletivas. Para isso, é preciso colocar a seguinte questão: O pensamento científico deriva das noções místicas e teológicas primitivas ou ele descentrou pouco a pouco essas noções sociocêntricas, reajustando a seu objeto prático?

Sustentar o primeiro ponto de vista é afirmar a continuidade da consciência coletiva em bloco; sustentar o segundo é, pelo contrário, dissociar o ideológico do concreto e introduzir na análise as três categorias: a técnica, a ideologia e a ciência, com descentração necessária da terceira em relação à segunda.

A ideia central do durkheimianismo é a derivação de todas as noções racionais e científicas a partir do pensamento religioso, concebida como expressão simbólica ou ideológica da coação do grupo social primitivo sobre os indivíduos.

Durkheim, para demonstrar a natureza coletiva da razão recorreu ao mesmo tempo a duas espécies de argumentos bem distintos, mas utilizados como ação indiferenciada do todo social sobre os indivíduos. De acordo com o primeiro argumento (sincrônico), os indivíduos não poderiam atingir a generalidade e a estabilidade próprias aos conceitos, às noções de tempo e espaço homogêneos, às regras formais da lógica, etc., sem uma constante troca de pensamento regulada pelo grupo inteiro. De acordo com o

segundo argumento (diacrônico), há continuidade entre as representações coletivas atuais e as representações coletivas “originais”.

O primeiro argumento de Durkheim seria perfeitamente válido se cumprisse duas condições: a primeira, admitir que o trabalho coletivo, que conduz à constituição das noções racionais e das regras lógicas, é uma ação executada em comum antes de ser um pensamento comum. A razão, longe de ser comunicação e discurso, é, acima de tudo, um sistema de operações e que a cooperação é que conduz à generalização operatória. A segunda condição é reconhecer que a troca é um processo oposto à coerção ideológica das tradições.

Não se poderia assimilar o “universal” ao coletivo senão se referindo à cooperação no trabalho material ou mental, isto é, a um fator de objetividade e de reciprocidade implicando a autonomia dos parceiros e permanecendo estranho à coação intelectual das representações sociomórficas impostas pelo grupo inteiro ou por algumas de suas classes sociais (Piaget, 1973, P. 82).

Quanto ao segundo argumento, que postula continuidade estrutural, cabem as seguintes questões: As principais categorias do espírito são fabricadas pela sociedade primitiva ou são deformadas por ela? Ou as duas ao mesmo tempo? As formas sociomórficas de pensamento estão no ponto de partida da razão ou simplesmente das ideologias coletivas?

Para Durkheim, o caráter “sociomórfico” dessas representações primitivas seria a prova da sua origem social. Contudo, como ele não distingue o caráter cooperativo das regras que asseguram o trabalho técnico ou intelectual efetuado em comum (que assegura a sua objetividade) e o caráter coercitivo das tradições ou transmissões unilaterais, o sociocentrismo dessas representações não o incomoda. Desse modo, para ele o pensamento científico não necessita de nenhuma descentração.

Pelo fato de que as representações “originais” são sociomórficas e, principalmente, pelo fato de que elas se transmitem prontas pela coação educativa das gerações anteriores, ignorando a divisão do trabalho econômico, as classes sociais e a diferenciação intelectual dos indivíduos, imagina-se então que elas são mais socializadas que as nossas, ou pelo menos de igual socialização.

Segundo Piaget, para afastar tal ilusão basta constatar que, se as representações coletivas racionais exigem coordenação de pontos de vista entre os indivíduos, as representações coletivas sociocêntricas correspondem ao que são as representações ego-cêntricas no plano individual. “Apesar de todas as diferenças entre estas noções fluidas e instáveis da criança e as grandes cristalizações coletivas que caracterizam as mesmas atitudes no plano da ideologia dos primitivos, há novamente convergência entre o ego-centrismo e as representações primitivas” (Piaget, 1973, P.84).

Portanto, para Piaget não é o caráter sociomórfico das representações coletivas primitivas que demonstra a natureza social da razão, mas é o papel necessário da cooperação na produção técnica e nas operações do pensamento que o prolongam.

As representações coletivas sociomórficas só constituem um reflexo ideológico desta realidade fundamental: exprimem a maneira pela qual os indivíduos se representam em comum seu grupo social e o universo, e é porque esta representação só é intuitiva ou mesmo simbólica, e não ainda operatória, que ela é sociocêntrica, devido a uma lei geral a todo pensamento não operatório, que é a de permanecer centrado em seu sujeito (individual ou coletivo). Ainda mais, transmitida e consolidada pelas coações da tradição e da educação, ela se opõe precisamente à formação das operações racionais, que implicam o livre jogo de uma cooperação de pensamento fundamentada na ação (1973, p.84).

As representações coletivas sociocêntricas próprias às sociedades primitivas não estão, pois, no ponto de partida da razão científica.

O sociomorfismo primitivo está, na verdade, na origem não da razão, mas, sim, das ideologias sociocêntricas de todos os tempos, com a única diferença de que, com a divisão do trabalho econômico, o sociocentrismo das classes sociais dominou pouco a pouco o sociocentrismo simplesmente (Piaget, 1973, P. 85).

Contrariamente ao idealismo de Durkheim e às formas individualistas de tratar o problema, para Piaget a concepção essencialmente concreta de Carl Marx forneceria, sobre o problema das ideologias e das formas racionais de pensamento coletivo, um quadro que converge com os dados da psicogênese do conhecimento. Segundo Piaget, o mérito de Marx foi ter distinguido nos fenômenos sociais uma infraestrutura efetiva e uma superestrutura que oscila entre o simbolismo e a tomada de consciência adequada, no mesmo sentido em que a psicologia é obrigada a distinguir entre o comportamento efetivo e a consciência.

Para Marx, a infraestrutura constitui as ações efetivas ou as operações, consistindo em trabalho e em técnica que unem os homens em sociedade à natureza. Essas relações são relações materiais de produção, onde existem trocas entre o homem e as coisas, entre os sujeitos ativos e os objetos.

É essa atividade do sujeito em interdependência com as reações dos objetos que, segundo Piaget, caracteriza essencialmente a posição dita “dialética” de Marx, por oposição ao materialismo clássico, que atribui um papel receptivo ou passivo aos sentidos.

Por outro lado, segundo Piaget, a superestrutura social é para a infraestrutura o que a consciência do homem individual é para sua conduta. Assim como a consciência individual pode ser ou uma autoapologia - uma transposição simbólica ou um reflexo inadequado do comportamento - ou um pensamento que prolonga ações interiorizadas reversíveis que conquistam a realidade, assim também a superestrutura social oscilará entre a ideologia e a ciência.

Se a ciência prossegue e reflete a ação técnica sobre o plano do pensamento coletivo, a ideologia constitui essencialmente, pelo contrário, um simbolismo sociocêntrico, centrado não sobre a sociedade inteira, que está dividida e sujeita às oposições e à luta, mas sobre subcoletividades que são as classes sociais com seus interesses (Piaget, 1973, p. 88).

É para a análise sistemática desse simbolismo ideológico que se consagraram os discípulos contemporâneos de Carl Marx em sociologia.

Segundo as pesquisas de Lukacs, no mecanismo da produção literária existe projeção idealizada dos conflitos sociais vividos pelos criadores. As pesquisas de L. Goldmann, que prolonga as pesquisas de Lukacs, mostra que a criação dos grandes sistemas especulativos constitui essencialmente a satisfação pelo pensamento de necessidades dominantes relativas ao desenvolvimento de uma classe social durante determinado período da história das sociedades nacionais. É assim que a luta da burguesia europeia contra o feudalismo e, depois, sua libertação, comportaram a constituição de certo número de ideais que dominam todo o pensamento metafísico ocidental. São, primeiramente, os conceitos fundamentais de liberdade e de individualismo que permitiram alcançar o racionalismo, que é em essência a filosofia da autonomia e dos direitos do indivíduo.

Esse modo de análise é de extrema importância, pois, do ponto de vista sociológico, permite fornecer uma interpretação adequada das ideologias e de sua extensão real, evitando um duplo abuso: situando-as no mesmo plano que o pensamento científico ou depreciando-as e recusando-as de toda sua significação funcional.

Na realidade, uma ideologia é a expressão conceituada dos valores nos quais creem um conjunto de indivíduos, e como tal preenche uma função ao mesmo tempo positiva e bem distinta daquela da ciência. A ideologia traduz uma tomada de posição que ela defende ou procura justificar, enquanto a ciência constata e explica.

Problema sociológico da evolução do pensamento individual e coletivo

Se se considera a formação lógica do ponto de vista do indivíduo, ela aparece essencialmente como um sistema de operações ou de ações tornadas reversíveis e compostas entre elas segundo agrupamentos diversos. Esses agrupamentos operatórios constituem uma forma de equilíbrio final, atingida pela coordenação das ações interiorizadas.

O problema da sociologia do conhecimento a esse respeito é saber se essa organização das operações obedece somente à atividade do indivíduo ou é preciso a intervenção de fatores sociais para explicar a sucessão das estruturas até alcançar seu equilíbrio final. Esses fatores se reduzem a uma simples pressão educativa do adulto, transmitindo desde fora, ou comportam ações e operações interindividuais onde a transmissão educativa só representa um tipo particular?

As pesquisas de Piaget a esse respeito mostram que as principais etapas do desenvolvimento das operações correspondem a estágios correlativos do desenvolvimento social. É a análise da socialização intelectual do indivíduo que deve responder as questões precedentes.

No período sensório-motor, que precede o aparecimento da linguagem, já se inicia a socialização, mas esta não atinge a diferenciação dos pontos de vista. Com a constituição da função simbólica, que dá início ao período pré-conceitual, constata-se trocas interindividuais, mas estas permanecem num egocentrismo que se traduz nesse meio termo entre o individual e o social. Noutras palavras, esse meio termo significa a

indiferenciação entre o ponto de vista próprio e o ponto de vista do outro. Nesse período, o conteúdo das coações intelectuais exercidas pelos adultos é assimilado a seus esquemas egocêntricos e só os transforma superficialmente. No terceiro período, caracterizado pelas operações concretas, mostra-se um nítido progresso da socialização: a criança se torna capaz de colaboração mais sistemática com os outros, de troca e coordenação de pontos de vista, de discussões e apresentação de relatos ordenados. A correlação íntima entre o social e o lógico é ainda mais evidente durante o quarto período, que corresponde à necessidade de enunciar “proposições” na comunicação e o discurso.

Esses estudos mostram que cada progresso lógico equivale, de forma indissociável, a um progresso na socialização do pensamento, sem que exista uma causalidade unilateral.

Por outro lado, existe um processo análogo entre os processos de socialização da criança e o desenvolvimento das coletividades elementares no que diz respeito à evolução do pensamento pré-lógico e lógico.

A evolução do pensamento pré-lógico e lógico se pode observar em cada sociedade constituída, caso se observe a correlação entre os modos de troca de pensamentos e o nível de organização desse pensamento, mesmo que não seja possível decidir as causas e os efeitos desse processo circular.

O período mais importante a esse respeito escapa às investigações psicológicas e sociológicas: é o período que se estende entre a horda e a sociedade organizada, que possui técnicas coletivas e uma linguagem articulada.

As pesquisas de Levy Brulh sobre o pensamento das sociedades primitivas contribuíram significativamente para o esclarecimento dessa questão, embora não conseguissem distinguir a questão do funcionamento e da estrutura do pensamento, nem a questão de técnica do trabalho em relação às representações.

Essas pesquisas, apesar da sua incompletude, colocam a importância de considerar a correspondência entre, por um lado, as trocas de pensamento propriamente

dito, repousando sobre a comunicação verbal e a transmissão oral de verdades anteriores, e, por outro, as trocas de ação, que consistem num ajustamento recíproco de movimentos e de trabalhos, os quais supõem uma cooperação efetiva ou em atos, por oposição à simples submissão do espírito. A cada um dos níveis de interação intelectual corresponde uma estrutura intuitiva ou operatória determinada da inteligência.

Na sucessão histórica das mentalidades, existem níveis sucessivos de estruturação lógica, isto é, de inteligência prática, intuitiva e operatória. Cada um desses níveis é caracterizado por certo modo de cooperação ou de interação social, cuja sucessão representa o progresso da socialização técnica ou intelectual.

Do exposto, deve-se concluir que é a estruturação lógica ou pré-lógica de um nível considerado que determina o modo de colaboração em jogo, ou, contrariamente, é a estrutura das interações coletivas que determina as operações intelectuais? Para Piaget, trata-se de um só e mesmo problema.

É aqui que a noção de agrupamentos operatórios permite simplificar esta questão aparentemente sem saída: basta determinar, sobre cada escala, a forma precisa das trocas entre os indivíduos, para perceber que estas interações são elas mesmas constituídas por ações e que a cooperação consiste ela mesma num sistema de operações, de tal forma que as atividades do sujeito se exercendo sobre os objetos, as atividades dos sujeitos agindo uns sobre os outros se reduzem, na realidade, a um só e mesmo sistema de conjunto, no qual o aspecto social e o aspecto lógico são inseparáveis na forma como no conteúdo (Piaget, 1973, p.103).

Indissociabilidade entre a lógica individual e a lógica social.

A solução da questão anterior implica efetuar estudos sincrônicos sobre a natureza lógica das interações sociais, nas colaborações e cooperações quando da solução dos problemas práticos ou da troca de pensamento.

A hipótese de Piaget é simples: se a lógica consiste em operações que procedem da ação e se estas operações constituem sistemas de conjunto ou totalidades, cujos elementos são necessariamente solidários uns aos outros, então esses “agrupamentos” operatórios expressarão tanto os ajustamentos recíprocos e interindividuais, quanto as operações interiores do pensamento de cada indivíduo.

Para verificar essa hipótese analisaremos primeiramente as relações que existem entre as operações concretas e a cooperação na produção prática ou técnica; a seguir analisaremos as relações entre a cooperação e as operações formais.

A cooperação entre indivíduos e os agrupamentos das operações concretas constituem formas simultâneas de equilíbrio. Para verificar isso pode-se comparar à ação de dois indivíduos que se propõem a construir cada um, sobre as duas margens de um riacho, uma escada de pedras e ligar estas escadas por uma prancha horizontal.

Nesse exemplo, como em muitos outros, onde dois ou mais indivíduos interagem na solução de problemas práticos, cooperar na ação prática é operar em comum, isto é, ajustar por meio de novas operações (qualitativas ou métricas) de correspondência, de reciprocidade ou complementaridade. Onde, está, pois, a parte do social e a parte do individual?

Analisando a cooperação como tal (excluídos os elementos ideológicos ou sociocêntricos que podem acompanhá-la ou deformá-la), constata-se que ela se resolve em operações, idênticas às que se observam em escalas de equilíbrio da ação individual.

Mas, as operações que os indivíduos realizam, atingido o nível de equilíbrio dos agrupamentos operatórios concretos, são de natureza social? Para Piaget, não cabe a menor dúvida, e isso pela seguinte razão: o indivíduo começa por ações irreversíveis (sem agrupamento) e egocêntricas, isto é, centradas sobre elas mesmas e sobre seus resultados; a passagem da ação à operação supõe uma descentração fundamental, condição do agrupamento operatório, que consiste em ajustar as ações umas às outras, até poder compô-las em sistemas gerais aplicáveis a todas as transformações. Ora, diz Piaget, são precisamente esses sistemas que permitem unir operações de um indivíduo às do outro.

A cooperação e as operações agrupadas são, pois, uma única e só realidade vista sob dois aspectos diferentes. Não há lugar para perguntar se é a constituição dos agrupamentos de operações concretas que permite a formação da cooperação, ou vice-versa: o agrupamento é a forma comum de equilíbrio das ações individuais e das interações interindividuais, porque não existem dois modos de equilibrar as ações e porque a ação sobre o outro é inseparável da ação sobre os objetos (1973, p. 106).

A análise das operações e cooperações na troca de pensamento formal leva às mesmas conclusões.

O problema, nesse caso, é determinar em que consiste essa troca, do ponto de vista sociológico e psicológico.

A troca de proposições é seguramente mais complexa do que a das operações concretas, pois esta última se reduz a uma alternância ou a uma sincronização de ações, concorrendo a um fim comum, enquanto a primeira supõe um sistema mais abstrato de avaliações recíprocas, de definições e de normas. Contudo se observará que essa troca constitui também um agrupamento de operações e que são as conservações obrigadas, próprias a tal agrupamento, que impõem à lógica das proposições suas regras fundamentais de agrupamento.

Uma troca de proposições é um sistema de avaliações como qualquer outro; sem a intervenção das regras especiais de conservação, haveria somente simples regulações. Assim, num diálogo qualquer cada um pode esquecer o que diz o interlocutor, mesmo que tenha precedentemente concordado ou, inversamente, se deter no que já existe quando o parceiro mudou de opinião. Como, pois, uma troca de ideias se transformará numa troca regulada e constituir assim uma cooperação real de pensamento?

A troca das proposições constitui uma lógica na medida em que acarreta o agrupamento de proposições trocadas: um agrupamento próprio a cada parceiro, em função das suas trocas com o outro, e um agrupamento geral devido às correspondências, às reciprocidades ou às complementaridades de seus agrupamentos solidários. A troca, como tal, constitui, pois, uma lógica, que converge para a lógica das proposições individuais.

Esta lógica de troca resulta de agrupamentos individuais preliminares ou o inverso?

Como já se disse a respeito da lógica concreta, para Piaget o agrupamento resultante do equilíbrio das operações individuais e o agrupamento exprimindo a troca interindividual se constituem juntos e são as duas faces de uma mesma realidade.

Referências

COLL, C; GILLÈRON, C. (1987). Jean Piaget: o desenvolvimento da inteligência e a construção do pensamento racional. In: Leite, L; Medeiros, A. (Org.): *Piaget e a escola de Genebra*. São Paulo: Cortez.

DONGO-MONTOYA, A.O. (2009). Significado de los factores sociales y culturales en el desarrollo cognitivo. *Revista de investigación en psicología*. 12(2), 227-237.

DONGO-MONTOYA, A.O. (2012). Indivíduo e sociedade na formação da razão. In: Carvalho, S. M; Bataglia, P.U. (org.): *Psicologia e Educação: temas e pesquisas*. Marília: Cultura Acadêmica. P. 15-32

DONGO-MONTOYA, A.O. (1996). *Piaget e a criança Favelada. Epistemologia genética, diagnóstico e soluções*. Petrópolis: Vozes, 1996.

DURKHEIN, E. (1952). *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos.

GOLDMAN, L. (1972). Epistemologia de la sociologia. In: Piaget, J. Grêco, P; Goldman, L. *Epistemologia de las ciencias humanas*. Buenos Aires: Proteo, p. 67-87.

GOLDMAN, L. (1992). *Ciências humanas e filosofia*. São Paulo: DIFEL.

PIAGET, J. (1973). Estudos sociológicos. Rio de Janeiro: forense. (originalmente publicado em língua francesa em 1965)

PIAGET, J. (1973). *Psicologia e epistemología genética. Para uma teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Forence.

PIAGET, J. (1975). *Introducción a la epistemología genética. 3. El pensamiento biológico, psicológico e sociológico*. Buenos Aires: Paidós. (originalmente publicado em língua francesa em 1950).

PIAGET, J. (1966). Necessité et signification des recherches comparatives em psychologie génétique. *Jornal International de Psychologie*. 1(1), 3-13.

PIAGET, J. (1972): *Epistémologie des sciences de l'home*. Paris: Gallimard.